

Novas fronteiras do jornalismo: comunicação individual na era global*

Catarina Rodrigues
Universidade da Beira Interior

2008

Resumo: O jornalismo depara-se hoje com vários desafios, começando pela evolução tecnológica, passando pela convergência nas redacções, nas adaptações necessárias ao nível do ensino e formação, culminando na possibilidade de publicação on-line por parte dos cidadãos. É precisamente neste último ponto que nos vamos centrar, por se colocarem aqui questões importantes ao nível da mediação que caracteriza o jornalismo. Procura-se assim observar o fenómeno em alguns meios de comunicação on-line portugueses, na tentativa de uma reflexão conceitual, para uma epistemologia do jornalismo participativo.

Palavras-chave: Jornalismo participativo, cidadãos, *media*, Internet.

Introdução

Um dos factores que caracteriza a comunicação na actualidade é a facilidade com que qualquer cidadão coloca informações on-

line. Este fenómeno tem vindo a contribuir para as transformações registadas na publicação de notícias e na transmissão de informação, que marca definitivamente a comunicação contemporânea. Mas esta ideia aparentemente simples levanta questões mais complexas. A comunicação individual tem vindo a ganhar terreno em relação à comunicação de massas. A segmentação informativa e a conseqüente fragmentação da audiência é evidente. “Até agora os meios dirigiam-se a grandes grupos de pessoas mais ou menos indefinidos: eram os meios de comunicação de massas e o seu discurso tinha uma aparência quase monolítica. Mas essas dimensões mudaram para se dirigirem à personalização, a pequenos grupos com entidade própria que reclamam um tipo concreto de informação” (Edo, 2006:7).

A possibilidade de qualquer pessoa poder publicar na Internet o que bem entender, para um número indeterminado de pessoas, desafia a especificidade do jornalismo enquanto profissão, que não pode ser reduzida aos meios tecnológicos utilizados ou ao público a quem se dirige. “Além da dimensão tecnológica, é preciso também apontar os discursos em defesa da livre circulação

*Comunicação apresentada no I Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Universidade do Porto, 11 e 12 de Dezembro de 2008: <http://cobciber.wordpress.com/comunicacoes/>

de informações como outro factor que inspira e justifica a emergência de experiências com jornalismo participativo” (Primo e Trasel, 2006: 4). Cada vez há mais espaços destinados a áreas específicas e a públicos distintos, e em muitos casos são actualizados por um simples cidadão ou por um pequeno grupo de pessoas. Os leitores procuram visões alternativas às do jornalismo profissional e isso coloca desafios à profissão. São criados espaços que facilitam a participação do público, mas como os poderemos caracterizar?

Com este trabalho procuramos responder a essa questão e analisar os desafios colocados ao jornalismo, nomeadamente na relação com as formas de publicação on-line utilizadas pelos cidadãos. Surgem, desde logo, outras questões que anseiam por respostas: Como se desenvolve a produção noticiosa tendo em conta os novos agentes de informação e a participação de diferentes públicos no processo? Qual a influência dessa participação nos meios tradicionais? O que muda quando quem transmite notícias não possui formação específica para tal? Quais as principais alterações verificadas na relação entre jornalistas e público?

Antes de procurarmos responder a estas questões importa compreender o que se entende por jornalismo participativo e neste domínio encontram-se por um lado visões apaixonadas, mas por outro, visões que recusam aceitar este tipo de prática.

O jornalismo participativo e a ausência de mediação

Nos últimos anos tem surgido um conjunto de expressões que de um modo geral com-

preendem a participação dos cidadãos na transmissão de informações, em diferentes formatos e com recurso a diferentes processos. “Jornalismo participativo”, “jornalismo cidadão” ou “jornalismo colaborativo” são alguns desses exemplos.

Participar, do latim *participare*, consiste em tomar ou ter parte em, associar-se, comunicar, fazer saber, dar parte de algo ou de alguma coisa. Colaboração é sinónimo de cooperação, trabalho em comum¹. Poderão de facto cidadãos comuns, sem formação específica, ser partes activas no processo jornalístico? Convém aqui sublinhar a própria definição de jornalismo associada ao desempenho de uma profissão². Será que o jornalismo está ao alcance de todos? O que podemos entender por jornalismo “do cidadão”? Desde logo um factor parece destacar-se: o facto de este último ser “não profissional”. Mas se não é profissional, pode ser considerado jornalismo?

Em 2003, Bowman e Willis referiam, na obra *We Media – How news are shaping*

¹ Dicionário da Língua Portuguesa

² Segundo o artigo 1º do Estatuto do Jornalista: “São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica”. Note-se o facto de esta referência à difusão electrónica, ainda não incluir, por exemplo, os *blogs*, tendo em conta a data em que os estatutos foram elaborados (Lei no 1/99. DR no 10/99, de 13 de Janeiro, publicado a 13 de Janeiro de 1999). Apesar de tudo, houve desde logo um cuidado em deixar algumas possibilidades em aberto e não será demais lembrar que os avanços tecnológicos e a Internet modificaram a profissão de jornalista, ou pelo menos os métodos utilizados por estes profissionais.

the future of news and information, que jornalismo participativo “é o acto de um cidadão ou grupo de cidadãos que têm um papel activo no processo de recolha, análise, produção e distribuição de notícias e informações. O objectivo desta participação é oferecer a informação independente, fidedigna, variada, precisa e relevante que uma democracia requer” (Bowman e Willis, 2003:9). Esta definição, de certa maneira inspirada em fenómenos como os blogues, levanta desde logo algumas dúvidas. Será de facto a informação transmitida pelos cidadãos anónimos “independente” e “fidedigna”?

“O jornalismo cidadão é aquele que torna possível a participação activa dos actores sociais que intervêm em todo o processamento da informação de interesse público. Portanto, as suas características essenciais são formar opinião pública mediante a criação de públicos deliberantes e promover a participação cidadã” (Meso, 2005:9). Gillmor defendia que “a possibilidade de qualquer um produzir informação dará voz a pessoas que a não têm tido. E precisamos de ouvir o que elas têm a dizer-nos. Para já, estão a mostrar a todos e cada um de nós – cidadão, jornalista, objecto da notícia – que existem novas formas de falar e de aprender” (Gillmor, 2005:19).

Andrew Keen chama a isto a “grande sedução”. Segundo o autor do livro *O Culto do Amadorismo*, “a revolução Web 2.0 tem vendido a promessa de levar mais verdade a mais pessoas – mais profundidade de informação, mais perspectiva global, mais opinião isenta por parte de observadores imparciais. Ora isto não passa de uma cortina de fumo. O que a Web 2.0 está realmente a potenciar são observações superficiais do mundo que nos rodeia em vez de análises profundas, opiniões

esganiçadas em vez de juízos de valor ponderados” (Keen, 2008: 29).

As constatações de Keen são interessantes, mas a verdade é que também ao nível profissional, questões como a ética e a deontologia são muitas vezes esquecidas ou relegadas para segundo plano, nomeadamente por interesses políticos ou económicos.

Este contraditório de posições permite-nos por um lado, reflectir sobre as vantagens, que sem dúvida existem, no facto de ser possível, hoje, em dia, ouvir novas vozes e diferentes perspectivas sobre os mais variados temas. Mas por outro lado, leva-nos a questionar a quantidade de informação inútil que inevitavelmente acaba por surgir.

Steve Outing tentou também definir jornalismo do cidadão, mas mais que isso tentou explicar aos editores profissionais como incorporar, nos seus sites, este tipo de participação e enunciou 11 passos a serem dados nesse sentido (Outing, 2005). Permissão de comentários, disponibilização de espaços para a criação de blogues, publicação de notícias, fotografias e vídeos, colaboração entre jornalistas profissionais e cidadãos anónimos e prática de jornalismo em formato *wiki* são alguns dos passos aconselhados pelo autor na tentativa de melhor enfrentar os desafios que se colocam actualmente ao jornalismo. Apesar da visão positiva sobre esta matéria Outing revela algumas cautelas ao enunciar a necessidade de uma vigilância (que poderemos entender por edição) ao abordar a questão dos comentários, por exemplo.

Apesar das diferentes definições e dos termos aplicados, “jornalismo participativo” “jornalismo do cidadão” ou “jornalismo colaborativo” enunciam uma intervenção activa por parte daqueles que habitualmente eram receptores passivos. Recentemente Jay

Rosen sublinhou que “quando as pessoas anteriormente conhecidas como audiência utilizam as ferramentas de publicação que existem para se informar umas às outras, isso é jornalismo do cidadão” (Rosen, 2008). Se bem que a expressão que nos parece mais adequada para caracterizar a ideia chave defendida neste texto seja jornalismo participativo, e é essa que passaremos a usar, é nesta definição de Rosen que encontramos o que se apresenta como mais relevante quando falamos desta prática. Trata-se da ausência de um intermediário no processo informativo. Assistimos hoje a uma redefinição dos tradicionais mediadores de conteúdos. Os *media* deixaram de ter exclusividade na publicação de notícias. “O jornalismo caracteriza-se pelo papel mediador que exerce entre os acontecimentos e o público a quem se dirige. O que pode ou não ser publicado passa por todo um processo de selecção. O papel dos tradicionais mediadores de conteúdos – os jornalistas – parece ser colocado em causa quando qualquer cidadão pode publicar e tornar público o que bem entender” (Rodrigues, 2006: 58). O modelo emissor-receptor ganhou novas formas. “Os processos informativos lineares do jornalismo enquanto discurso unilateral, de produtores de notícias para consumidores de notícias, dos jornalistas para os leitores, ouvintes, espectadores, estão a ser substituídos por processos multilaterais, onde a informação evolui para uma espécie de “conversa” ou “seminário” onde todos fazem ouvir a sua voz” (Fidalgo, 2008).

Sylvia Moretzsohn analisou a questão e o conceito de jornalismo do cidadão e sublinha “o carácter específico da mediação jornalística, que é o que legitima socialmente esse tipo de informação e impõe procedi-

mentos necessários para que se lhe exija a indispensável credibilidade”. (Moretzsohn, 2006: 63) Ao olhar para a lógica de “auto-correcção” do jornalismo cidadão, de publicar primeiro e filtrar depois, a autora não tem dúvidas em considerá-la “um disparate” (Moretzsohn, 2006: 68). A questão da mediação volta a ser sublinhada numa outra perspectiva. “Deveria ser evidente: o jornalista é aquele profissional autorizado a estar onde o público não pode estar, e por isso tem direito ao acesso a fontes através das quais pode apurar as informações necessárias à sociedade. Este é nada menos que o *status* conferido pelo velho conceito de “quarto poder”, que, apesar de problemático – pois mascara a defesa de interesses particularistas em nome do interesse geral –, é o que garante ao jornalista o reconhecimento social de seu papel de mediador” (Moretzsohn, 2006: 68). Para a autora é importante lembrar a importância da mediação no jornalismo. “Para recolocar a questão nos trilhos, será preciso recuperar o referencial de autoridade do jornalismo como mediador implicado ao “quarto poder”, ainda que seja preciso desmistificar esse conceito e apontar o papel necessariamente político dessa mediação. Por isso, não há dúvida de que o testemunho (inclusive fotográfico ou videográfico) do cidadão sempre será importante, porém necessariamente como fonte a ser adequadamente confirmada. Mesmo porque, à parte os riscos de deturpação, tende-se à reprodução do mesmo processo de “cegueira pelo excesso” que as grandes redes de televisão produzem a partir da profusão de imagens” (Moretzsohn, 2006: 80).

Não é o facto de um cidadão transmitir uma informação, que até pode constituir uma novidade, que faz dele jornalista, em-

bora isso constitua de facto uma mudança que marca a comunicação dos nossos dias. “A qualificação específica para se ser jornalista é o domínio de determinadas técnicas de aquisição e averiguação de notícias, de saber contextualizar a informação obtida, e a obediência a determinados princípios éticos para se orientar no terreno conflituoso do espaço mediático, onde concorrem múltiplos interesses” (Fidalgo, 2008). Dada a imensidão de informações que proliferam hoje na Internet, o papel do jornalista poderá assumir cada vez mais importância. Uma mesma informação publicada por um jornalista profissional na publicação a que pertence, ou a mesma informação publicada num blogue pode ser diferente? Pode ter diferentes repercussões? Aqui podíamos lembrar a célebre afirmação de McLuhan, “o meio é a mensagem”, no sentido em que uma mesma mensagem é diferente consoante o meio em que é transmitida. Mas por vezes é difícil conseguir estabelecer qualquer distinção. Por outro lado, a personalização possibilitada pelos blogues não pode acontecer num jornal. Como refere António Fidalgo, “a relação dessa informação com a sociedade é completamente diferente num caso e noutra. Num *blog* está efectivamente disponível a todos, suscita o interesse de indivíduos, mas não se torna num assunto de conversa colectivo, não suscita diferentes interpretações e discussões, provocando desse modo uma reacção colectiva, e, portanto, não é notícia” (Fidalgo, 2008). Convém lembrar que algumas informações publicadas em blogues acabam por ganhar espaço nos *media* e conseqüentemente adquirem uma nova dimensão. Contudo, não podemos esquecer que em muitos casos, determinados temas, nomeadamente de ordem local e regional, só

são abordados na blogosfera, têm já o seu público próprio, mesmo não tendo espaço nos *media*.

Jornalistas, precisam-se!

Conviver com a enorme quantidade de informação que prolifera na Internet não é tarefa fácil. Na era global predomina a comunicação individual. “As notícias produzem-se, cada vez mais, fora do jornalismo. Hoje, fontes, jornalistas e públicos confundem-se. As pessoas denunciam o que se passa no seu bairro. E não são nem a fonte da notícia, porque o publicam os próprios no seu blogue, e na realidade isso também não faz deles jornalistas, porque nem cobram por isso, nem se formaram como tal, nem têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações” (Mahugo e Esteban, 2007: 134).

Se por um lado o jornalista tem facilidade no acesso a determinado tipo de informações, por outro lado, a tarefa complica-se quando sobre um mesmo tema há informações diferentes, com distintos pontos de vista, com vários comentários... A existência de muitas pessoas a falar em simultâneo sobre um mesmo assunto pode constituir um problema. Para falarmos em jornalismo temos que sublinhar o valor informativo e aqui está também implícita a questão da credibilidade. “É justamente numa era de exponenciação de informação, e correspondentemente da sua fragmentação, que os jornalistas profissionais se tornam mais necessários. Perante a multiplicidade e a divergência das informações disponíveis o todo social tem de encontrar meios apropriados de se dar conta, enquanto todo, dos eventos e das novidades que ocorrem no mundo. Os jornalistas não apenas filtram a informação

relevante, mas simultaneamente e sobretudo dão-lhe um cariz de informação colectiva, destinada a todos e com o intuito de induzir a um conhecimento colectivo de determinado evento. Os *blogs* fragmentam o espaço público, mas cabe ao jornalismo constituir permanentemente esse espaço comum, condição indispensável à vida social” (Fidalgo, 2008). Para o autor a especificidade epistemológica do jornalismo reside na existência da actividade enquanto profissão mas sobretudo no cariz social que as notícias alcançam. Talvez por isso o papel dos jornalistas nunca tenha sido tão importante como agora. Os jornalistas estão, frente a frente, com um conjunto de desafios relacionados com a produção de informação, a variedade de fontes existentes, a credibilidade ou falta dela, a necessária adaptação ao nível da formação e a participação de diferentes públicos na produção noticiosa.

A participação nos jornais on-line portugueses

Tendo em conta a participação cada vez mais activa dos cidadãos na transmissão de informação, os *media* têm vindo a criar espaços destinados a esse efeito. “Na actualidade, a incorporação de fórmulas participativas nas edições digitais dos meios tradicionais produz-se a quatro níveis: com a publicação de *blogues*, abrindo as notícias aos comentários dos leitores, usando a *blogosfera* como fonte de informação e solicitando a participação dos leitores como autênticos repórteres cidadãos” (Mahugo e Esteban, 2007: 138).

Em Portugal, que espaços proporcionam os principais *media* on-line para a partici-

pação? As questões anteriormente colocadas estão inevitavelmente relacionadas com a prática jornalística actual. Neste trabalho pretende-se definir o que se entende hoje por jornalismo participativo e observar de que forma este se tem manifestado nos principais *media* on-line portugueses. Para isso foram analisados casos concretos de espaços criados para este efeito nas publicações on-line e foram entrevistados intervenientes no processo para melhor compreender o fenómeno. São já vários os jornais on-line que possibilitam esta participação, embora de diferentes formas.

O *Expresso On-line* apresenta a rubrica “Cidadão Repórter” e as “Cartas dos Leitores”. A secção comunidade do *Sol* disponibiliza *Blogues*, Fóruns e Álbuns de Fotografia. No *Público* destaque para a secção “Comunidade”, com os “*Blogues do Público*”, os “*Blogues Temporários do Público*” e os “*Blogues Convidados do Público*”. O jornal disponibiliza ainda o “Consultório de Justiça” onde os leitores podem colocar questões e dúvidas sobre os seus direitos. Para além disso os leitores podem fazer comentários.

O *Jornal de Notícias* apresenta no seu site uma secção intitulada “Cidadão Repórter”, um espaço para onde os interessados podem enviar notícias e fotografias. A publicação disponibiliza ainda os “*Blogues JN*” e os “*Blogues do Leitor*”. As notícias do JN permitem comentários, sendo para isso necessário um registo onde é pedido o nome do utilizador, um e-mail válido, data de nascimento, sexo e distrito. O *Correio da Manhã* disponibiliza a secção “*Correio do Leitor*”, um espaço que procura dar “voz activa às queixas, reclamações e notícias” dos leitores. Para além disso o jornal diz querer ajudar na reso-

lução dos problemas apresentados. O *Portugal Diário* tem a secção “Dos leitores” onde se encontra um “Fórum”, cujo tema vai mudando, e “O melhor do leitor”, onde, como o nome indica, vão sendo publicadas as melhores opiniões enviadas pelos leitores. Na secção estão disponíveis os blogues do jornal e o convite ao leitor para a criação de um destes espaços. Neste ponto destaque para a publicação da lista de blogues lidos pelo próprio jornal nas áreas de “Sociedade”, “Economia”, “Política”, “Internacional”, “Tecnologia”, “Ambiente”, “Desporto”, “Cinema” e “Música”.

No âmbito deste trabalho foi enviado, por e-mail, um pequeno questionário para as respectivas publicações de forma a perceber melhor o funcionamento destes espaços e de como se processa efectivamente a participação dos leitores³. Apenas os editores do *Jornal de Notícias* e do *Portugal Diário* responderam, pelo que a análise que se segue incidirá sobretudo nestes duas publicações.

O *Jornal de Notícias* criou um espaço denominado *Cidadão Repórter*, que está sob o olhar dos editores do JN Online. Manuel Molinos (editor principal) explica que nem todos os textos são publicados. Desde que haja matérias, esta secção é actualizada todos os dias (o que nem sempre acontece). Textos publicados nesse espaço já foram o mote

³ As questões colocadas foram as seguintes: 1. Quem é o responsável pelo espaço do jornal dedicado à participação dos cidadãos, isto é, qual o cargo ocupado por este responsável na hierarquia da empresa? 2. Todos os textos enviados pelos cidadãos são publicados? 3. Existe um editor para esse espaço? 4. Se sim, quais os critérios utilizados por este? 5. Com que frequência é actualizada esta secção? 6. Alguma vez uma notícia publicada neste espaço foi o mote para um trabalho jornalístico? 7. Se sim, qual foi o tema (ou os temas)?

para trabalhos jornalísticos como foi o caso de uma notícia sobre “parto aquático”.

Para melhor compreendermos este espaço analisámos a referida secção durante 15 dias, entre 18 de Novembro e 2 de Dezembro de 2008. Neste período de tempo, o JN publicou oito notícias enviadas pelos cidadãos, uma delas com um vídeo integrado e quatro com fotografias⁴. Todas as notícias são de autores diferentes e devidamente identificados pelo jornal. O carácter de denúncia está quase sempre presente nos temas abordados, que de outro modo dificilmente teriam lugar nas páginas de um jornal, tais como o perigo de uma casa em ruína, ou os problemas no trânsito. Paralelamente às notícias é possível encontrar fotografias e pequenas breves também enviadas pelos leitores.

No caso do *Portugal Diário*, a editora executiva Judite França explica que o referido espaço é da responsabilidade do editor “que vai variando conforme a escala”, sendo que o editor que dirige o espaço dos leitores é aquele a quem compete também a edição do jornal. Todos os textos colocados nos comentários estão sujeitos a edição antes da aprovação. Judite França remete ainda para o estatuto editorial do jornal onde está referida a importância do diálogo com os leitores, promovendo essa interacção em diversos formatos permitidos pela Internet. No que diz respeito à publicação de textos na secção de comentários (onde posteriormente é esco-

⁴ Os títulos das notícias publicadas foram os seguintes: “Secundária Alves Martins, em Viseu, adere à greve”; “O primeiro nevão do ano em Armamar”; “Perigo na A28, em Matosinhos”; “Disparou sobre o cão porque os filhos não fizeram os deveres”; “Linha do Vouga comemora 100 anos”; “Carro da polícia mal estacionado”; “Casa na Maia ameaça ruir”; “Trânsito Caótico em Avenida de Braga”.

lhido o melhor do leitor) o jornal reserva-se o direito de intervir na filtragem dessa participação. “Não são obviamente permitidos palavrões, termos ofensivos, racistas, xenófobos, ou insinuações sobre figuras públicas. Consideramos o espaço de comentário como um fórum de discussão muito importante mas, por estar agregado ao nosso jornal e ao nosso conteúdo informativo, não podemos permitir que tal espaço se desvie das regras mais elementares da publicação. Contudo, se acharmos que uma denúncia do leitor merece ser investigada, assim o fazemos. Mas nunca publicamos esse comentário, sem que a redacção proceda à aferição do seu conteúdo. Através dos nossos leitores, já recebemos muitas dicas que se transformaram em notícia”, explica a editora. Foram já vários os exemplos de comentários que depois de confirmados, foram trabalhados pela redacção, transformando-se em notícia. Judite França dá o exemplo das cheias em Sete Rios, em Lisboa, de determinadas rusgas policiais, e de professores a que foi negada a reforma por doença ou qualquer tipo de situação.

No caso do *Portugal Diário*, a análise que decorreu ao longo dos 15 dias é mais difícil de quantificar, porque a alteração de conteúdos é constante. Contudo, a 2 de Dezembro, estava disponíveis 18 opiniões que integram “O Melhor do Leitor”, três das quais são anteriores ao mês de Novembro. Mas nesta rubrica as opiniões não são estáticas, isto é, vão sendo alteradas e há dias em que são seleccionadas várias para esta secção que vão alternando com outras⁵. Estas opiniões podem ainda ser votadas e comentadas pelo público.

Quase todos os jornais online portugueses

⁵ <http://diario.iol.pt/melhor-do-leitor>

dão a oportunidade aos leitores para que de uma forma ou outra, estes participem e dêem a sua opinião.

O evidente crescimento da participação dos cidadãos é sinónimo de um papel mais activo por parte da audiência, mas poderemos falar de jornalismo participativo se não existirem efectivamente jornalistas? Qual o papel do “cidadão-jornalista”? É difícil imaginar a prática de jornalismo sem profissionais especializados. O cidadão comum pode dar contributos importantes, mas é ao jornalista que cabe decidir quais as informações que têm interesse e valor informativo. É também sobre este que recai a responsabilidade de confirmar todo o tipo de informação. Contudo têm surgido casos interessantes como o do trabalho desenvolvido pelo *Groundreport.com*⁶ que foi recentemente reconhecido por órgãos como a *BBC*, *The Guardian*, *Wired* e Agência *France-Presse*, pela cobertura aos ataques em Bombaim, na Índia⁷. Trata-se de um site fundado em 2006, que assenta na participação dos cidadãos e que conseguiu ser um dos primeiros pontos informativos sobre estes ataques, antecedeu-se por exemplo à *CNN*. O *Groundreport.com* conta actualmente com uma comunidade de cerca de três mil colaboradores que já publicaram mais de 35 mil histórias.

No futuro será importante perceber se estarão de facto os jornalistas motivados para colaborar mais activamente com a audiência e como se vai processar essa colaboração.

⁶<http://www.groundreport.com>

⁷<http://www.periodismociudadano.com/>

Conclusão

O jornalismo participativo, apesar de anunciar algumas vantagens, como por exemplo fazer ouvir novas vozes, apresentar um olhar fresco sobre os temas, preconizar relações interessantes entre jornalistas e leitores, apresenta também algumas fragilidades, uma vez que são necessárias cautelas redobradas como a especulação, as fontes anónimas e a fiabilidade das informações transmitidas.

Podemos ainda questionar se este tipo de participação pode ser denominada jornalismo, e como já vimos, muitas vezes não é, até porque quem participa não se formou como tal, não têm os mesmos direitos, nem tem que cumprir os mesmos deveres, o que desde logo estabelece diferenças cruciais.

Observa-se uma preocupação dos *media* em integrar nos seus espaços a participação cidadã. Verifica-se que muitas experiências estão agora a começar e há ainda um longo caminho a percorrer. Em determinados casos cria-se a ideia da existência de uma participação activa, mas acaba por se verificar que não existe uma estratégia editorial bem definida. Se os cidadãos podem criar os seus próprios espaços e publicar o que bem entendem, porquê utilizar o espaço de um jornal para o fazer? Parece ser necessário algo mais para que as experiências sejam mais enriquecedoras e conjuntas. Caso contrário podemos questionar, se tem de facto interesse para o jornal integrar a participação dos leitores, ou se tem interesse para os leitores participar no espaço dos *media*. Em muitos casos a participação encontra-se reduzida à simples opinião e comentário, quando existe ainda uma enorme quantidade de géneros por explorar e experiências que poderiam resultar interessantes na relação entre

jornalistas e público, ou se quisermos na relação entre profissionais e amadores. Como disse Dan Gillmor numa entrevista recente, a Internet, por tudo o que representa, é uma “oportunidade para ser melhor jornalista”⁸.

Bibliografia

- BOWMAN, S. e WILLIS, C. (2003), *Nosotros, el medio – Cómo las audiencias están modelando el futuro de la noticia y la información*, disponível em www.hypergene.net/wemedia/espanol.php [consultado a 2 de Novembro de 2008].
- EDO, C. (2006), “El lenguaje y los géneros periodísticos en la narrativa digital”, in BARBOZA, S. (Org.), *Jornalismo Digital de Tercera Geração*, Covilhã: Livros Labcom, p. 7-22, disponível em: http://www.labcom.ubi.pt/livros/labcom/sinopse/ficha_barbosa_jornalismo_online.html [consultado a 2 de Dezembro de 2008].
- FIDALGO, A. (2008), *Especificidade epistemológica do jornalismo. Desfazendo uma ilusão do jornalismo cidadão, (a publicar)*.
- GILLMOR, D. (2005), *Nós os Media*, Lisboa: Editorial Presença.
- KEEN, A. (2008), *O Culto do Amadorismo*, Lisboa: Guerra e Paz.

⁸ Entrevista de Dan Gillmor ao jornal espanhol *La Vanguardia*, a 24 de Novembro de 2008: <http://www.lavanguardia.es/internet-y-tecnologia/noticias/20081124/53577596025/el-ciudadano-puede-mejorar-el-trabajo-de-los-periodistas.html>

- MARTÍNEZ MAHUGO, S. e GONZÁLEZ ESTEBAN, J. L. (2007), “La influencia del periodismo ciudadano en los medios tradicionales: la gestión del blog de opinión”, in CEBRIAN HERREROS, M. e FLORES VIVAR, J. (Eds.), *Blogs y Periodismo en la Red*, Madrid: Fragua, p. 129-147.
- MESO, K. (2005), “Periodismo Ciudadano: voces paralelas a la profesión periodística”, *Chasqui*, n.º 90, p.4-15.
- MORETZSOHN, S. (2006), “O mito libertário do “jornalismo cidadão””, *Comunicação e Sociedade – Jornalismo e Internet*, vol. 9-10, p. 63-81.
- OUTING, S. (2005), *The 11 Layers of Citizen Journalism*, disponível em: http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=83126 [consultado a 2 de Novembro de 2008].
- PRIMO, A. e TRÄSEL, M. (2006). *Web-jornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/limc/participativo/interna_links.htm [consultado a 2 de Dezembro de 2008].
- RODRIGUES, C. (2006), *Blogs e a Fragmentação do Espaço Público*, disponível em: http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/sinopse/ficha_catarinarodrigues_blogues.html [consultado a 2 de Dezembro de 2008].
- ROSEN, J. (2008), A Most Useful Definition of Citizen Journalism, disponível em: http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogs/pressthink/2008/07/14/a_most_useful_d.html [consultado a 2 de Dezembro de 2008].